



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado*

## **RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – RCI-GESTÃO Nº: 210301.A01.001.0719**

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ - IDACE

**EXERCÍCIO** 2018

Fortaleza, julho de 2019



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**

*Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado*

**Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral**

Aloísio Barbosa de Carvalho Neto

**Secretário Executivo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado**

Antônio Marconi Lemos da Silva

Auditor de Controle Interno

**Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna**

Paulo Roberto de Carvalho Nunes

Auditor de Controle Interno

**Coordenadoria de Inspeção**

George Dantas Nunes

Auditor de Controle Interno

**Coordenadoria de Auditoria Interna**

Kelly Cristina de Oliveira Barbosa

Auditora de Controle Interno

**Coordenadoria da Transparência**

Ítalo José Brígido Coelho

Auditor de Controle Interno

**Coordenadoria de Controladoria**

Marcelo de Sousa Monteiro

Auditor de Controle Interno

**Coordenadoria de Ouvidoria**

Larisse Maria Ferreira Moreira

Auditora de Controle Interno



## I - INFORMAÇÕES PRELIMINARES

### DO RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – RCI-GESTÃO

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, em cumprimento às determinações apresentadas no inciso III, do art. 9º e no inciso IV, do art. 52, da Lei Estadual nº 12.509, de 06 de dezembro de 1995, no inciso XVII, do art. 14, da Lei Estadual nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018 e no Decreto Estadual nº 33.053, de 10 de maio de 2019, apresenta o Relatório de Controle Interno sobre as Contas Anuais de Gestão – RCI-Gestão do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ - IDACE**, sobre o exercício financeiro de **2018**.

O RCI-Gestão está orientado pelo Decreto Estadual nº 29.388, de 27 de agosto de 2008, que instituiu a auditoria preventiva com foco em riscos e pelo Decreto nº 33.053, de 10 de maio de 2019, que estabelece as diretrizes para elaboração do Relatório de Controle Interno sobre as Contas Anuais de Gestão (RCI-Gestão) dos Órgãos, Entidades e Fundos do Poder Executivo do Estado do Ceará.

As contas de gestão dos órgãos, entidades e fundos referentes ao exercício de **2018** foram analisadas tendo como base a estrutura da Administração Pública contida na Lei Estadual nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007 e suas alterações, entretanto serão apresentadas pelos órgãos, entidades e fundos que os sucederam, após a edição da Lei Estadual nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018.

A geração do RCI-Gestão foi realizada de forma automatizada pela equipe do Observatório da Despesa Pública do Ceará (ODP.Ceará), no âmbito da Coordenadoria de Controladoria, em conformidade com as normas e procedimentos técnicos aplicáveis às demandas de controle interno, com a utilização de dados disponíveis nos sistemas corporativos do Poder Executivo Estadual, bem como por meio de informações produzidas pelas áreas finalísticas da CGE.

As atividades de controle interno desenvolvidas pelas áreas finalísticas da CGE, relativas ao exercício de **2018**, estão consolidadas neste relatório e foram desenvolvidas visando contribuir para o tratamento tempestivo dos riscos que podem ameaçar o cumprimento dos objetivos institucionais do órgão, entidade ou fundo e fornecer subsídios para identificação de oportunidades de melhoria nos processos organizacionais.

Os dados e as informações que apresentaram indícios de irregularidade foram encaminhadas ao órgão, entidade ou fundo para que esse se manifestasse no prazo determinado pela CGE e para que apresentasse plano de ação visando ao saneamento das fragilidades detectadas.

Os indícios de irregularidades detectados no âmbito das atividades de controle interno das áreas finalísticas da CGE, no exercício em análise, e não respondidos ou tratados pelo órgão, entidade ou fundo estão relatados no presente relatório.



## **II - INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS**

Sigla - IDACE

Vinculação - SDA

Natureza - AUTARQUIAS

### **1. Legislação Vigente no Exercício de 2018**

O **Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE** é uma autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, instituída por meio da Lei Estadual nº 11.412/87, alterada pela Lei Estadual nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007.

### **2. Competências**

Ao IDACE compete participar da formulação e execução da política Agrária do Estado do Ceará, administrar terras arrecadadas pelo Estado (enquanto não receberem destinação específica), definir áreas dominiais que dentro do território constituam seu patrimônio, adotar providências necessárias a titulação de posses havidas como legítimas e regularizáveis, tomar medidas cabíveis em relação a revisão de concessão, títulos provisórios, cartas de anuência, remissões e transferência dos aforamentos das terras públicas estaduais, organizar e manter atualizado o Cadastro Rural do Estado, promover e executar atividades concernentes ao assentamento e reassentamento estadual, dentre outros.

### **3. Receitas**

Constituem receitas do IDACE:

I - de dotações orçamentárias e créditos abertos em seu favor, anualmente previstos e executados;

II - de subvenções e transferências de recursos feitos pela União, Estado e Municípios;

III - de doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, inclusive órgãos e entidades internacionais e governos estrangeiros;

IV - de recursos oriundos de programas e projetos especiais e de fundos relacionados ao desenvolvimento agrário;

V - de rendas resultantes da prestação de serviços, em qualquer dos campos de sua competência;

VI - de custas agrárias, cobradas pelo seu custo real ou subsidiado;

VII - de taxas de administração, multas, indenizações, correções monetárias, serviços prestados e outros acréscimos que lhe forem devidos por força de acordos e decisões administrativas jurídicas;



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado*

VIII - dos rendimentos de bens, depósitos e investimentos, do produto de venda, arrendamento ou locação de seus bens móveis e imóveis e outros que venham obter, inclusive doações e legados.

Parágrafo Único - Os recursos oriundos de alienação de terras devolutas constituirão receita do Estado do Ceará.



### III - IDACE EM NÚMEROS

O objetivo deste capítulo é apresentar informações gerais de natureza orçamentária e financeira relativas à execução das despesas por categoria econômica, grupo de natureza, fontes de recursos, especificando as despesas com pessoal, contratos e parcerias.

#### 1. Execução da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza de Despesa

A Tabela 1 apresenta a execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza de despesa (GND), o orçamento autorizado (Lei Orçamentária Anual com os créditos adicionais), valores empenhados, liquidados e pagos. O percentual de execução considera os valores liquidados em relação ao orçamento autorizado e a participação corresponde aos valores liquidados em relação ao total liquidado.

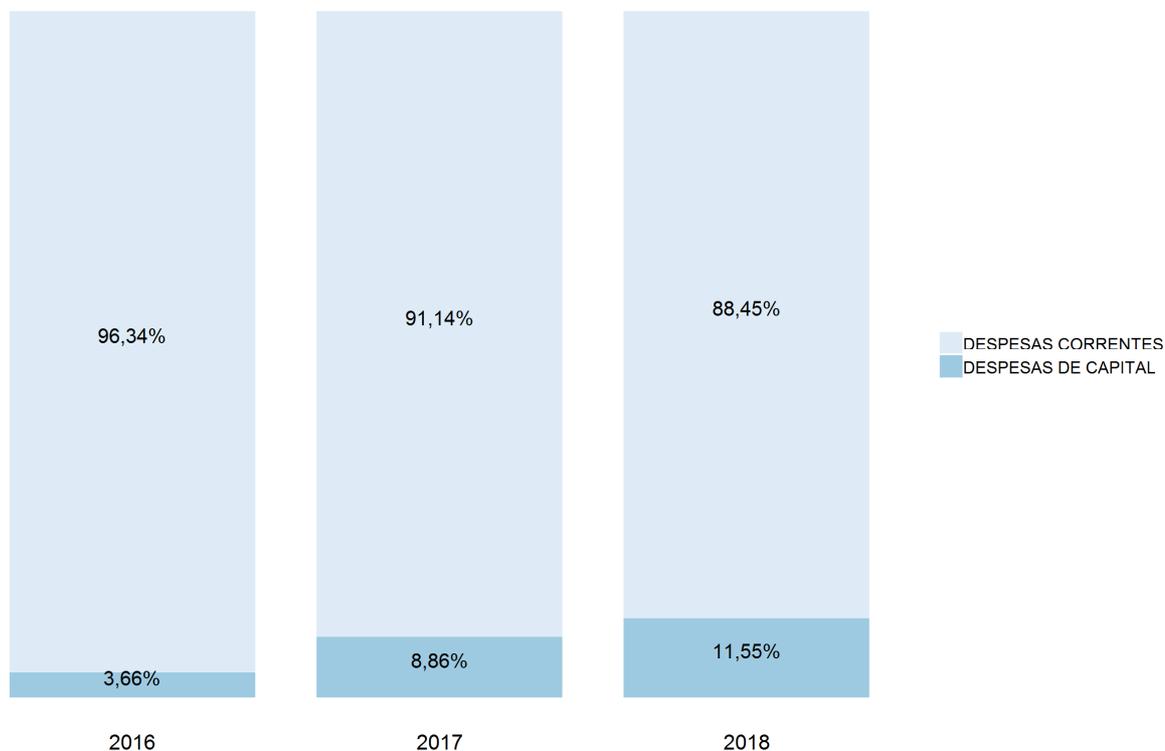
Tabela 1 - Execução da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza – R\$ 1.000,00

CATEGORIA ECONÔMICA	LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EXECUÇÃO	PARTICIPAÇÃO
Grupo de Natureza de Despesa	(I)		(II)		(III)	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>24.207,63</b>	<b>19.621,08</b>	<b>19.484,26</b>	<b>19.316,76</b>	<b>80,49%</b>	<b>88,45%</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.627,69	7.897,91	7.897,91	7.797,05	91,54%	35,85%
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.579,95	11.723,17	11.586,35	11.519,72	74,37%	52,59%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>8.129,22</b>	<b>2.545,47</b>	<b>2.545,47</b>	<b>2.545,47</b>	<b>31,31%</b>	<b>11,55%</b>
INVESTIMENTOS	8.129,22	2.545,47	2.545,47	2.545,47	31,31%	11,55%
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>32.336,85</b>	<b>22.166,55</b>	<b>22.029,72</b>	<b>21.862,23</b>	<b>68,13%</b>	<b>100,00%</b>

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

O gráfico 1 apresenta a evolução percentual da participação da liquidação da despesa por Categoria Econômica nos três últimos exercícios financeiros.

Gráfico 1 - Evolução Percentual da Participação da Despesa Executada por Categoria Econômica



## 2. Execução da Despesa por Fonte de Recurso

A Tabela 2 apresenta a execução da despesa (liquidação) por Fonte de Recurso e Subfontes o orçamento autorizado (Lei Orçamentária Anual com os créditos adicionais), valores empenhados, liquidados e pagos. O percentual de execução considera os valores liquidados em relação ao orçamento autorizado e a participação corresponde aos valores liquidados em relação ao total liquidado.

Tabela 2 - Execução da Despesa por Fonte de Recurso – R\$ 1.000,00

FONTE DE RECURSOS	LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	EXECUÇÃO	PARTICIPAÇÃO
Subfonte	(I)		(II)		(III)	
<b>FONTE TESOURO</b>	<b>24.920,00</b>	<b>20.114,99</b>	<b>19.983,65</b>	<b>19.817,26</b>	<b>80,19%</b>	<b>90,71%</b>
00.00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	15.186,32	14.370,61	14.290,16	14.123,77	94,10%	64,87%
01.00 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	2.144,37	2.144,37	2.144,37	2.144,37	100,00%	9,73%
10.00 - RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	7.589,30	3.600,00	3.549,11	3.549,11	46,76%	16,11%
<b>OUTRAS FONTES</b>	<b>7.416,85</b>	<b>2.051,56</b>	<b>2.046,08</b>	<b>2.044,97</b>	<b>27,59%</b>	<b>9,29%</b>
48.69 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PFORR	653,85	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
70.00 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	510,00	250,00	248,93	248,93	48,81%	1,13%
82.83 - CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	6.253,00	1.801,56	1.797,14	1.796,04	28,74%	8,16%
<b>TOTAL</b>	<b>32.336,85</b>	<b>22.166,55</b>	<b>22.029,72</b>	<b>21.862,23</b>	<b>68,13%</b>	<b>100,00%</b>



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado

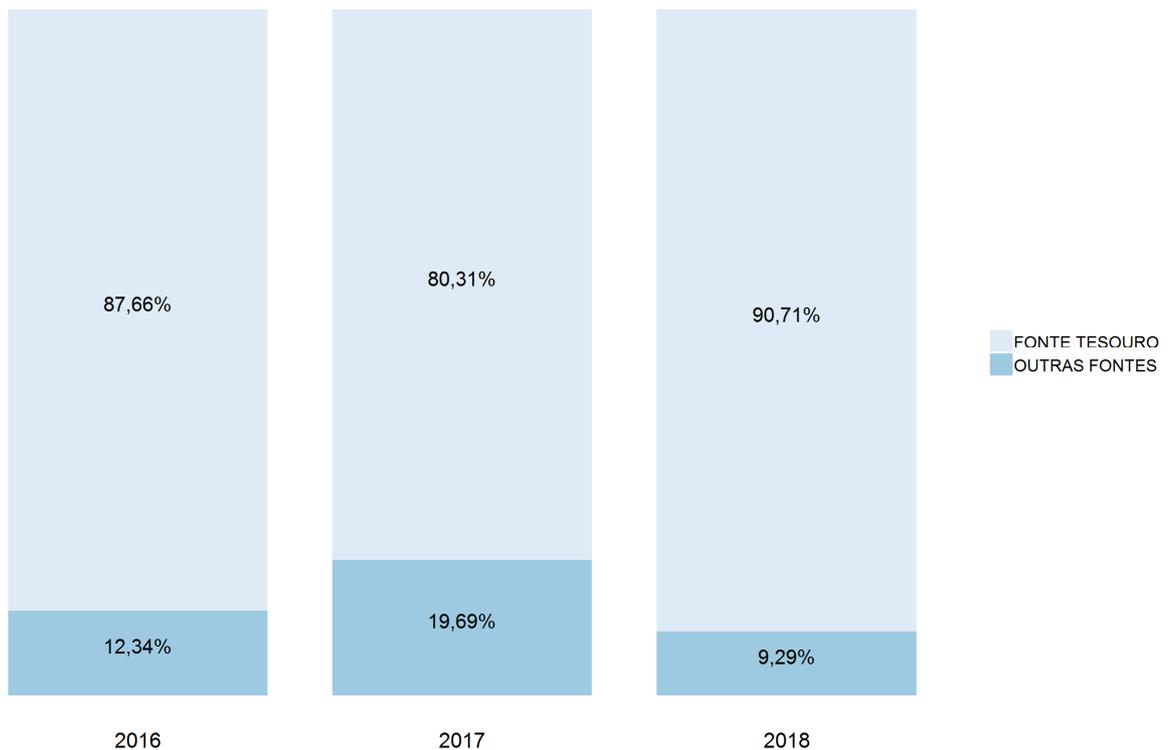
Tabela 2 - Execução da Despesa por Fonte de Recurso – R\$ 1.000,00

FONTE DE RECURSOS	LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EXECUÇÃO	PARTICIPAÇÃO
Subfonte	(I)		(II)		(III)	

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

O gráfico 2 apresenta a evolução percentual da participação da liquidação da despesa por grupo de fontes nos três últimos exercícios financeiros.

Gráfico 2 - Evolução Percentual da Participação da Despesa Executada por Grupo de Fontes



### 3. Execução da Despesa por Elemento de Despesa

A Tabela 3 apresenta a execução por elemento de despesa, o orçamento autorizado (Lei Orçamentária Anual com os créditos adicionais), valores empenhados, liquidados e pagos. O percentual de execução considera os valores liquidados em relação ao orçamento autorizado e a participação corresponde aos valores liquidados em relação ao total liquidado.

Tabela 3 - Liquidação por Elemento de Despesa – R\$ 1.000,00

ELEMENTO	LOA + CRÉDITO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EXECUÇÃO	PARTICIPAÇÃO
	(I)		(II)		(III)	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU	13.381,54	10.187,54	10.092,69	10.077,69	75,42%	45,81%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	7.170,21	6.545,94	6.545,94	6.545,94	91,29%	29,71%
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	7.718,87	2.545,47	2.545,47	2.545,47	32,98%	11,55%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.440,28	1.350,82	1.350,82	1.249,96	93,79%	6,13%



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

Tabela 3 - Liquidação por Elemento de Despesa – R\$ 1.000,00

ELEMENTO	LOA + CRÉDITO (I)	EMPENHADO	LIQUIDADO (II)	PAGO	EXECUÇÃO (III)	PARTICIPAÇÃO
DIÁRIAS - CIVIL	1.142,76	405,60	401,18	399,90	35,11%	1,82%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	373,00	371,52	371,22	336,37	99,52%	1,69%
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	338,80	305,50	286,27	286,27	84,50%	1,30%
MATERIAL DE CONSUMO	96,00	216,40	198,37	198,37	206,63%	0,90%
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	182,00	179,37	179,37	163,87	98,56%	0,81%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	29,80	34,17	34,17	34,17	114,66%	0,16%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	25,00	13,35	13,35	13,35	53,42%	0,06%
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16,00	6,42	6,42	6,42	40,13%	0,03%
INDENIZAÇÕES	10,00	1,91	1,91	1,91	19,09%	0,01%
Outros Benefícios Previdenciários	1,20	1,14	1,14	1,14	95,13%	0,01%
SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	1,39	1,39	1,39	0,00%	0,01%
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1,20	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	410,20	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>32.336,85</b>	<b>22.166,55</b>	<b>22.029,72</b>	<b>21.862,23</b>	<b>68,13%</b>	<b>100,00%</b>

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

## 4. Despesas com Pessoal

A Tabela 4 apresenta a composição das despesas com pessoal ativo e locação de mão de obra terceirizada em substituição a servidores.

Para a identificação da locação de mão-de-obra terceirizada em substituição a servidores foram utilizadas as informações de execução do grupo de natureza de despesa – Outros Despesas Correntes, elemento 37 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização.

Vale ressaltar que os gastos com inativos e pensionistas são geridos pelo Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Cíveis e Militares dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará – SUPSEC, tendo como unidades executoras o FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID.

Tabela 4 - Composição com Gastos com Pessoal – R\$ 1.000,00

TIPO DE PESSOAL	2015	2016	2017	2018
-----------------	------	------	------	------

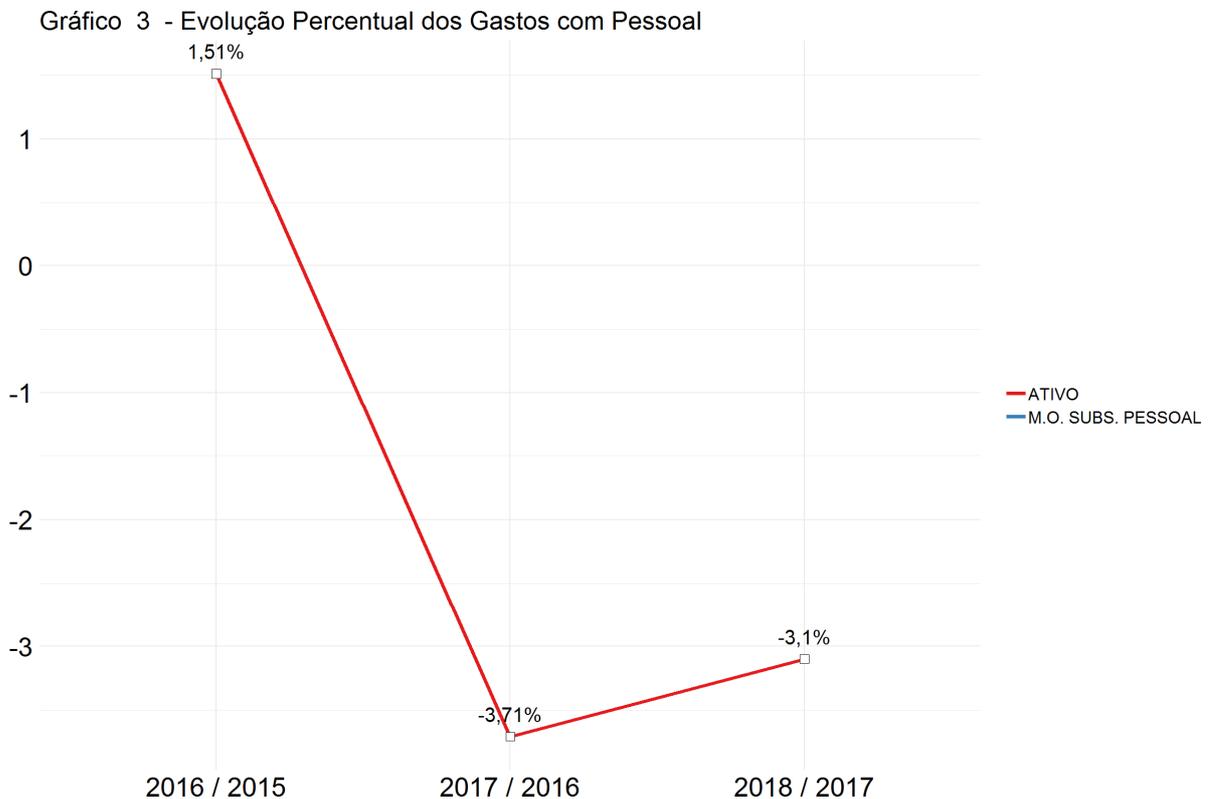


Tabela 4 - Composição com Gastos com Pessoal – R\$ 1.000,00

TIPO DE PESSOAL	2015	2016	2017	2018
ATIVO	8.339,38	8.465,15	8.150,89	7.897,91
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORES	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.339,38</b>	<b>8.465,15</b>	<b>8.150,89</b>	<b>7.897,91</b>

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

O gráfico 3 apresenta a evolução percentual das despesas com pessoal nos últimos três exercícios financeiros.



## 5. Quantitativo de Pessoal Ativo

A Tabela 5 apresenta o quantitativo de pessoal ativo, por tipo de vínculo em 31/12/2018.

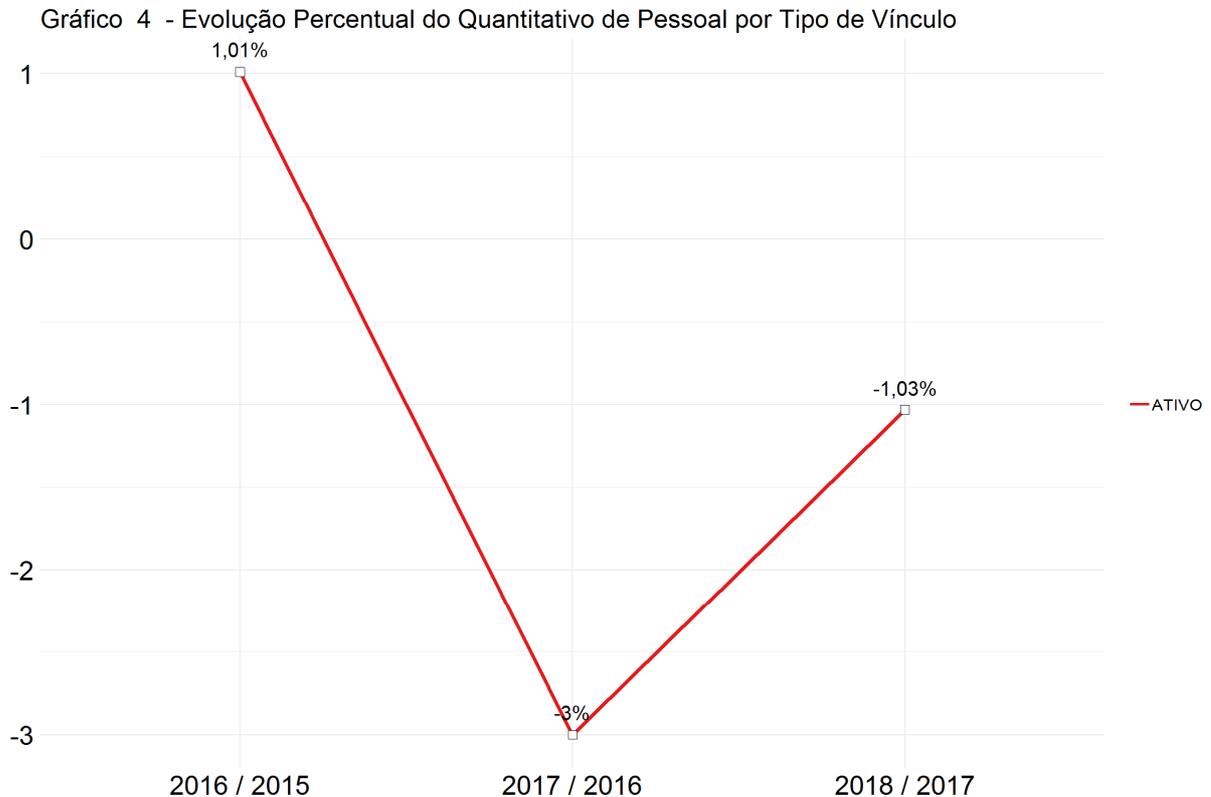
Tabela 5 - Quantitativo de Pessoal

PESSOAL	2015	2016	2017	2018
ATIVO	99	100	97	96
<b>TOTAL</b>	<b>99</b>	<b>100</b>	<b>97</b>	<b>96</b>

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente



O gráfico 4 apresenta a evolução percentual do quantitativo de pessoal ativo nos últimos três exercícios financeiros.



## 6. Contratos com Maior Execução

A Tabela 6 apresenta os 10 contratos administrativos com maior execução no exercício de 2018, indicando o valor total do contrato atualizado, o valor liquidado no ano e o percentual de execução total do contrato.

Tabela 6 - 10 Contratos com maior execução - R\$ 1.000,00

CONTRATADO	OBJETO	VIGÊNCIA	VR.CONTRATO ATUALIZADO	LIQUIDADO NO ANO	EXECUÇÃO
TOPODATUM TOPOGRAFIA LTDA - ME	Serviços de levantamento, identificação, cadastro georreferenciado de imóveis rurais e regularização fundiária, caracterizando a estrutura fundiária dos municípios de pindoretama, cascavel, tabuleiro	30/12/2014 29/12/2019	1.799,99	699,17	38,84%
CRUZ E ROCHA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - ME	Serviços de levantamento, identificação, cadastro georreferenciado de imóveis rurais e regularização fundiária, caracterizando a estrutura fundiária dos municípios de pindoretama, cascavel, tabuleiro	08/03/2016 07/07/2019	1.897,94	594,63	31,33%
CRUZ E ROCHA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - ME	Levantamentos georreferenciados referentes à medição de uma área aproximada de 810.619,00 hectares, municípios de acopiara, quixelô, orós, catarina, varzea alegre, saboeiro, jucás e cariús, no estado	20/10/2015 19/10/2019	2.286,24	393,05	17,19%
ATHOS CONSTRUÇÕES LTDA	Manutenção predial - serviço comum de engenharia para manutenção preventiva e corretiva das instalações físicas prediais.	22/06/2018 21/06/2019	282,71	248,93	88,05%
TICKET SOLUCOES HDFGT S/A	Peças, acessórios e manutenção de veículos	05/11/2015 04/11/2019	740,00	241,23	32,60%



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

Tabela 6 - 10 Contratos com maior execução - R\$ 1.000,00

CONTRATADO	OBJETO	VIGÊNCIA	VR.CONTRATO ATUALIZADO	LIQUIDADADO NO ANO	EXECUÇÃO
TICKET SOLUCOES HDFGT S/A	Combustíveis e lubrificantes	22/05/2015 02/06/2019	1.152,00	201,43	17,49%
VESPA CONSÓRCIO DE SERVIÇOS LTDA	Locação/terceirização de mão-de-obra	01/02/2017 29/01/2020	693,15	197,42	28,48%
AEROFOTO NORDESTE SC LTDA	Levantamentos georreferenciados referentes à medição de uma área aproximada de 810.619,00 hectares, municípios de acopiara, quixelô, orós, catarina, varzea alegre, saboeiro, jucás e cariús, no estado	20/10/2015 19/10/2018	2.107,31	156,06	7,41%
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	Energia elétrica	28/09/2016 27/09/2019	380,00	88,87	23,39%
VESPA CONSÓRCIO DE SERVIÇOS LTDA	Locação/terceirização de mão-de-obra	30/01/2017 31/01/2020	289,63	88,86	30,68%
<b>Total</b>			<b>11.628,97</b>	<b>2.909,65</b>	<b>25,02%</b>

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

## 7. Parcerias – Execução por Objeto

A Tabela 7 apresenta as informações de execução das parcerias vigentes no exercício de 2018 por tipo de objeto, indicando o valor total do instrumento atualizado, os valores empenhados, liquidados e pagos no ano e o percentual de execução total dos instrumentos de parceria.

Tabela 7 - Parcerias - Execução por objeto - R\$ 1.000,00

TIPO DE OBJETO	VR.CONVÊNIO ATUALIZADO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	% EXECUÇÃO
Outros	1.245,56	1.239,16	1.237,56	1.237,56	99,36%
<b>TOTAL</b>	<b>1.245,56</b>	<b>1.239,16</b>	<b>1.237,56</b>	<b>1.237,56</b>	<b>99,36%</b>

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

## 8. Instrumentos de Parceria com Maior Liberação de Recursos

A Tabela 8 apresenta os 10 instrumentos de parceria com maiores valores liberados, com o nível percentual de execução em relação ao valor do convênio atualizado.

Tabela 8 - 10 Instrumentos de parceria com maior liberação de recursos

PARCEIRO	OBJETO	VIGÊNCIA	VR.CONVÊNIO ATUALIZADO	LIBERADO NO ANO	EXECUÇÃO
ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE	CAPACITAÇÃO DE JOVENS RURAIS E URBANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO CEARÁ EM ÁREAS ATINGIDAS POR OBRAS HÍDRICAS	10/12/2015 07/07/2018	885,63	147,71	16,68%
ASSOCIACAO DOS MORADORES DA EMBUACA	Implantar projeto produtivo em comunidade tradicional de pesca artesanal (Projeto Maré Cheia) no município de Trairi / CE.	27/12/2016 23/06/2018	40,00	40,84	102,10%
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES E PESCADORES ASSENTADOS DO IMÓVEL SABIAGUABA	Implantar Projeto Produtivo em Comunidade tradicional de Pesca Artesanal (Projeto Maré Cheia) no município de Amontada/CE.	27/12/2016 23/06/2018	40,00	26,01	65,03%



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

Tabela 8 - 10 Instrumentos de parceria com maior liberação de recursos

PARCEIRO	OBJETO	VIGÊNCIA	VR.CONVÊNIO ATUALIZADO	LIBERADO NO ANO	EXECUÇÃO
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MARISQUEIRAS E PESCADORES DE CURRAL VELHO	Projeto produtivo em comunidade tradicional de pesca artesanal (Projeto Maré Cheia) no município de Acaraú/CE.	27/12/2016 23/06/2018	40,00	20,05	50,12%
Associação de Pescadores, Artesãos, Marisqueiras e Barraqueiros	Implantação de projeto produtivo em comunidade tradicional de pesca artesanal(Projeto Maré Cheia) no município de Aracati /CE.	28/12/2015 24/01/2018	40,00	15,51	38,78%
ASSOC COMUNITÁRIA DE MORADORES DE TATAJUBA	Implantar Projeto Produtivo em Comunidade tradicional de Pesca Artesanal (Projeto Maré Cheia) no município de Camocim/CE.	28/12/2015 24/01/2018	39,94	14,30	35,80%
QUILOMBO DO CUMBE ASSOCIAÇÃO QUILMBOLA DO CUMBE/ARACATI-CE	Implantação de projeto produtivo em comunidade tradicional de pesca artesanal(Projeto Maré Cheia) no município de Aracati/ CE.	28/12/2015 24/01/2018	40,00	4,79	11,98%
CONSELHO INDIGENA DO POVO ANACE DE SAO GONCALO DO AMARANTE E CAUCAIA-CIPASAC	Criação de galinhas poedeiras na reserva indígena Anacé	27/12/2016 23/06/2018	40,00	1,68	4,20%
ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES E MARISQUEIRAS DA RESERVA EXTRATIVISTA DO BATOQUE	Implantar projeto produtivo em comunidade tradicional de pesca artesanal(projeto Maré cheia) no município de Aquiraz.	27/12/2016 23/06/2018	40,00	0,00	0,00%
CONSELHO DOS POVOS INDÍGENAS TABAJARA DE QUITERIANÓPOLIS CITAQ	Quintais Produtivos através do sistema de bioágua	27/12/2016 23/06/2018	40,00	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>			<b>1.245,56</b>	<b>270,89</b>	<b>21,75%</b>

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

## 9. Contratos de Gestão - Valores Pagos

A Tabela 9 apresenta os contratos de gestão, vigentes no exercício de 2018, indicando o valor atualizado, o valor pago no ano e o percentual de execução em relação ao valor atualizado.

Tabela 9 - Contratos de Gestão - Valores Pagos

ORGANIZAÇÃO SOCIAL	OBJETO	CELEBRAÇÃO	FIM VIGÊNCIA	VR.CONTRATO ATUALIZADO	PAGO EXECUTADO	PAGO NO ANO
--------------------	--------	------------	--------------	------------------------	----------------	-------------



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

Tabela 9 - Contratos de Gestão - Valores Pagos

ORGANIZAÇÃO SOCIAL	OBJETO	CELEBRAÇÃO	FIM VIGÊNCIA	VR.CONTRATO ATUALIZADO	PAGO	EXECUTADO	PAGO NO ANO
INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ	Apoiar e dar suporte as acoes estrategicas de regularizacao fundiaria no estado do Ceara, bem como o desenvolvimento de acoes socioculturais, economica e ambientais as familias assentadas, reassentadas, comunidades originarias, tradicionais e areas especiais do Estado, assim de assegurar prioritariamente a promocao da seguranca juridica do patrimonio fundiario do agricultor familiar.	01/06/2018	31/03/2019	5.600,00	5.500,00	98,21%	5.500,00
INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ	Apoiar o desenvolvimento de politicas publicas em areas de assentamento, reassentamento, comunidades originarias, comunidades tradicionais e areas rurais, a fim de contribuir com a reducao de desigualdades regionais e nas formulacoes e politicas publicas, atendendo as diversidades territoriais nas dimensoes socioeconomicas e de infraestrutura necessaria ao desenvolvimento sustentavel solidario.	24/09/2018	25/04/2019	1.686,00	1.685,90	99,99%	1.685,90



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

Tabela 9 - Contratos de Gestão - Valores Pagos

ORGANIZAÇÃO SOCIAL	OBJETO	CELEBRAÇÃO	FIM VIGÊNCIA	VR.CONTRATO ATUALIZADO	PAGO	EXECUTADO	PAGO NO ANO
INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ	Apoiar e dar suporte as acoes estrategicas de Regularizacao Fundiaria e desenvolvimento sustentavel de assentamentos, reassentamento s, comunidades originarias e tradicionais e areas especiais do estado do Ceara, a fim de assegurar prioritariamente a promocao da seguranca juridica do patrimonio fundiario do agricultor familiar, bem como o desenvolvimento sustentavel do Estado.	18/05/2017	31/05/2018	7.176,18	7.076,18	98,61%	200,00

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente



## **IV – AÇÕES DO CONTROLE INTERNO**

Neste Capítulo serão apresentadas informações relativas à atuação da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, no exercício de 2018.

### **A - AÇÕES DE MONITORAMENTO DO CONTROLE INTERNO**

No presente tópico são apresentadas as ações realizadas pela CGE no monitoramento do Sistema de Controle Interno, contemplando as áreas de Ouvidoria, Transparência, Controladoria e Auditoria Interna.

Diante de pendências identificadas durante o exercício, a CGE orienta que os órgãos e entidades definam um Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF, nos termos do Decreto Estadual nº29.388, de 27 de agosto de 2008 (D.O.E. 28/08/2008), para minimizar a recorrência de eventos de risco. Além disso, a CGE realiza ações de capacitação, orientação e reuniões para orientação aos gestores e responsáveis pelo controle interno dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

#### **1. OUVIDORIA**

A CGE, por meio da Coordenadoria de Ouvidoria (COUVI), realiza o monitoramento das demandas de ouvidoria e coordena a Rede de Ouvidoria composta por representantes dos órgãos e entidades do Poder Executivo. No exercício de 2018 foram verificados os aspectos relacionados às manifestações de ouvidoria, o cumprimento dos prazos e a satisfação do cidadão.

##### **1.1. Manifestações de Ouvidoria**

As manifestações recebidas pela Ouvidoria são tratadas no âmbito de cada órgão ou entidade do Poder Executivo, devendo ser respondidas ao cidadão no prazo máximo de 15 dias, prorrogáveis por mais 15, conforme o Decreto Estadual nº. 30.474/2011. Além do cumprimento do prazo, a CGE monitora a satisfação do cidadão. A Tabela 10 apresenta o total de manifestações registradas por tipo nos canais de Ouvidoria e encaminhados para o IDACE no exercício de 2018.

Tabela 10 - Ouvidoria - Quantidade de Manifestações por Tipo

<b>ELOGIO</b>	<b>RECLAMAÇÃO</b>	<b>DENÚNCIA</b>	<b>SUGESTÃO</b>	<b>SOLICITAÇÃO</b>
2	56	2	2	67

A Tabela 11 apresenta as manifestações de Ouvidoria do IDACE, indicando a situação do cumprimento dos prazos.

Tabela 11 - Ouvidoria - Situação das Manifestações de Ouvidoria

<b>SITUAÇÃO</b>	
Manifestações que ainda estão no prazo legal para conclusão:	0
Manifestações fora prazo legal para conclusão:	0



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

Tabela 11 - Ouvidoria - Situação das Manifestações de Ouvidoria

SITUAÇÃO	
Total de manifestações recebidas no período e ainda não concluídas:	0

A Tabela 12 apresenta os indicadores de cumprimento dos prazos e o índice de satisfação do cidadão com a Ouvidoria do IDACE no exercício de 2018.

Tabela 12 - Ouvidoria - Cumprimento do Prazo e Satisfação

INDICADOR	REQUISITO	RESULTADO
TEMPO MÉDIO DE RESPOSTAS	15 DIAS, podendo ser prorrogado	12 DIAS
PERCENTUAL DE MANIFESTAÇÕES RESPONDIDAS NO PRAZO	100%	96.12%
PERCENTUAL DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO	82%	98.50%

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

## 1.2. Principais Assuntos Demandados

A Tabela 13 apresenta os assuntos mais recorrentes por tipo de manifestação, indicando os aspectos positivos avaliados pelo cidadão, os temas mais críticos e os principais fatores de risco.

Tabela 13 - Ouvidoria

TIPO	ASSUNTO	QUANTIDADE
DENÚNCIA	CONDUTA INADEQUADA DE SERVIDOR	2
	TOTAL	2
ELOGIO	ELOGIO A SERVIDOR PUBLICO/COLABORADOR	1
	ELOGIO AOS SERVICOS PRESTADOS PELO ORGAO	1
	TOTAL	2
RECLAMAÇÃO	TITULOS DE TERRA	10
	TITULO DE TERRA	9
	ATENDIMENTO TELEFONICO	7
	INSATISFACAO COM O ATENDIMENTO/SERVICO PRESTADO PELO ORGAO	5
	INOPERANCIA NO ATENDIMENTO POR TELEFONE	5
	OUTROS	20
TOTAL	56	
SOLICITAÇÃO	TITULOS DE TERRA	39
	TITULO DE TERRA	19



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

Tabela 13 - Ouvidoria

TIPO	ASSUNTO	QUANTIDADE
	ASSENTAMENTO E REASSENTAMENTO	3
	PROCEDIMENTOS E ORIENTACOES PARA SOLICITACAO DE INFORMACAO	1
	INSATISFACAO COM A RESPOSTA DA INSTITUICAO	1
	OUTROS	4
	TOTAL	67
	MÍDIAS SOCIAIS DO GOVERNO DO ESTADO (OFERTA DE SERVIÇOS PELAS REDES SOCIAIS)	1
SUGESTÃO	CONFLITOS PELA TERRA	1
	TOTAL	2
TOTAL		129

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

## 2. TRANSPARÊNCIA

A CGE, por meio da Coordenadoria de Transparência (COTRA), realiza o monitoramento da transparência ativa e passiva dos órgãos e entidades do Poder Executivo. No exercício de 2018 foram verificados os aspectos relacionados à disponibilização das informações previstas na Legislação de Acesso à Informação (Lei Federal nº12.527/2011 e Lei Estadual 15.175/2012).

### 2.1. Transparência Ativa - Disponibilização das Informações Previstas na LAI no Site Institucional

A Lei de Acesso à Informação prevê a disponibilização de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelos diversos órgãos e entidades, a título de transparência ativa, ou seja, independente de requerimentos. A CGE monitora os principais canais de transparência ativa, incluindo os sites institucionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo, no intuito de verificar o real cumprimento dos requisitos legais.

A Tabela 14 apresenta a avaliação do cumprimento dos requisitos de transparência ativa do IDACE.

Tabela 14 - Transparência Ativa - Disponibilização das Informações Previstas na LAI nos Sites Institucionais

TIPO DE INFORMAÇÃO	DISPONIBILIZA
Banner Lai (Art. 21, Decreto Estadual 31.199/2013)	sim
Estrutura Organizacional (Art. 11, §1, inciso I da Lei Estadual 15.175/2012))	sim
Competências (Art. 11, §1, inciso I da Lei Estadual 15.175/2012)	sim
Horário e local (Art. 11, §1, inciso I da Lei Estadual 15.175/2012)	sim



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

Tabela 14 - Transparência Ativa - Disponibilização das Informações Previstas na LAI nos Sites Institucionais

TIPO DE INFORMAÇÃO	DISPONIBILIZA
Indicadores de Resultado (Art. 11, §1, inciso I da Lei Estadual 15.175/2012)	sim
Convênios (Art. 11, §1, inciso III, da Lei Estadual 15.175/2012)	sim
Despesas (Art. 11, §1, inciso III, da Lei Estadual 15.175/2012)	sim
Despesas Detalhadas (Art. 11, §1, inciso III, da Lei Estadual 15.175/2012)	sim
Licitações (Art. 11, §1, inciso IV e Art. 11, § 2, Lei 15.175/2012)	sim
Contratos (Art. 11, §1, inciso IV, da Lei Estadual 15.175/2012)	sim
Informações de Servidores (Decreto nº. 31.487/2014);	sim
Relação de Informações Sigilosas (Art. 29, inciso I e II da Lei Estadual 15.175/2012);	sim
Perguntas Frequentes (Art. 11, §1, inciso VII da Lei Estadual 15.175/2012)	sim
Sobre a LAI (Art. 21, Decreto Estadual 31.199/2013)	sim
Relatório Estat. SIC (Art. 29, inciso III da Lei Estadual 15.175/2012)	sim
SIC NO SITE (Art. 21, inciso II da Lei Estadual 31.199/2013)	sim
Carta de Serviço (Lei Federal nº13.460)	sim

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

## 2.2. Transparência Passiva

A Tabela 15 apresenta o desempenho do órgão ou entidade no encaminhamento dos pedidos de acesso à informação (transparência passiva), consolidadas para o exercício de 2018. Cada órgão e entidade do Poder Executivo deve responder no prazo máximo de 20 dias, prorrogáveis por mais 10. No monitoramento realizado pela CGE, além do cumprimento dos prazos, também é observada a satisfação do cidadão.

Tabela 15 - Transparência Passiva – Desempenho

ACESSO À INFORMAÇÃO	RESULTADO
QUANTIDADE DE SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES	38,00
TEMPO MÉDIO DE RESPOSTAS	8,15
PERCENTUAL DE SOLICITAÇÕES RESPONDIDAS NO PRAZO	100,00
PERCENTUAL DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO	100,00

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

A Tabela 16 apresenta as solicitações de acesso à informação do IDACE, indicando a situação do cumprimento dos prazos.



# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado

Tabela 16 - Transparência Passiva – Solicitações de Informação

SOLICITAÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO	
Solicitações que ainda estão no prazo legal para resposta:	0
Solicitações fora prazo legal para resposta:	0
<b>Total de solicitações recebidas no período e ainda não respondidas:</b>	<b>0</b>

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

A Tabela 17 apresenta os assuntos mais recorrentes nas solicitações de acesso à informação, indicando a quantidade de solicitações que foram recebidas no exercício de 2018.

Tabela 17 - Transparência Passiva – Assuntos Mais Recorrentes no CSAI

ASSUNTOS MAIS RECORRENTES	QUANTIDADE
TITULOS DE TERRA	13
ANÁLISE GRÁFICA (MAPA DO IMÓVEL)	4
SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS	2
PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS/ACADÊMICOS	2
PROCEDIMENTOS E ORIENTAÇÕES PARA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO	2
VISTORIA/VISITA TÉCNICA	1
SOLICITAÇÃO DE EMPREGO/ESTÁGIO	1
REGULARIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA	1
ASSENTAMENTO E REASSENTAMENTO	1
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Ceará Transparente

## 3. CONTROLADORIA

A CGE, por meio da Coordenadoria de Controladoria (CCONT), realiza o monitoramento diário da situação do Estado no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), gerenciado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A partir das informações disponibilizadas pela STN, a CGE encaminha relatórios com a situação do CNPJ dos Órgãos e Entidades do Estado do Ceará, por meio de correio eletrônico, e formaliza ofícios para os órgãos e entidades que apresentam pendências, solicitando a adoção de providências necessárias à regularização.

### 3.1. Monitoramento do CAUC - Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias

A Tabela 18 apresenta as pendências identificadas no IDACE no exercício de 2018, indicando a quantidade de dias conforme por tipo de exigência.

Tabela 18 - CAUC - Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias

ITEM	EXIGÊNCIA	DIAS COM PENDÊNCIAS
1.1	REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	1
1.3	REGULARIDADE QUANTO A CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS	0
1.4	REGULARIDADE EM RELAÇÃO À ADIMPLÊNCIA FINANCEIRA EM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELA UNIÃO	0
1.5	REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL	0
2.1	REGULARIDADE QUANTO À PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS FEDERAIS RECEBIDOS ANTERIORMENTE	0
3.1	ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - RGF	0
3.2	ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO	0
3.3	ENCAMINHAMENTO DAS CONTAS ANUAIS	0
3.4	ENCAMINHAMENTO DA MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS	0
4.1	EXERCÍCIO DA PLENA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	0
4.2	APLICAÇÃO MÍNIMA DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO	0
4.3	APLICAÇÃO MÍNIMA DE RECURSOS EM SAÚDE	0
4.4	REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA	0
4.5	REGULARIDADE QUANTO À CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS	0
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>

\* Fonte: Sistema de Transferências Intergovernamentais (STN)

## 4. AUDITORIA INTERNA

A CGE, por meio da Coordenadoria de Auditoria Interna Governamental (COAUD), realiza atividades de auditoria interna para contribuir com a melhoria dos processos e para a verificação da regularidade da gestão.

### 4.1. Relatórios de Auditoria Emitidos no Exercício

A Tabela 19 apresenta informações relativas às atividades realizadas nesta unidade no exercício de 2018. Os documentos estão dispostos por seu número, modalidade e categoria de auditoria e por seu objeto.

Tabela 19 - Relatórios de Auditoria Emitidos no Exercício

NÚMERO	MODALIDADE DA ATIVIDADE	CATEGORIA DA ATIVIDADE	OBJETO
210301.01.01.01.023.0118	REGULARIDADE	CONTAS DE GESTÃO	CONTAS DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2017

\* Fonte: Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE/CE) - Coordenadoria de Auditoria Interna Governamental (COAUD)

## **B - TRILHAS AUTOMATIZADAS DE AUDITORIA**

A CGE, por meio da Coordenadoria de Controladoria (CCONT) e da Coordenadoria de Inspeção (COINS), elaborou no âmbito das atividades do Observatório da Despesa Pública do Ceará – ODP.Ceará, trilhas automatizadas de auditoria com o objetivo de identificar situações que possam constituir irregularidades na execução orçamentária e financeira, na gestão de compras e de parcerias por meio de convênios e instrumentos congêneres.

Foram elaboradas quatro trilhas para identificar:

1. Convênios inadimplentes;
2. Fracionamento de dispensa em razão do valor;
3. Fracionamento para escapar da modalidade de licitação; e
4. Despesa de exercício anterior maior que o saldo orçamentário.

### **1. INSPEÇÃO**

#### **1.1. Convênios inadimplentes**

O objetivo dessa trilha foi identificar a existência de instrumentos de parcerias celebrados pela unidade, que estejam em situação de inadimplência. Após a execução da trilha, **não foram identificadas situações em desconformidade.**

#### **1.2. Fracionamento de despesa em razão do valor**

Com o objetivo de analisar a realização de dispensa de licitação em razão do valor que excederam os limites de dispensa estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/1993 e no Decreto Federal nº 9.412/2018, foi aplicada a trilha de auditoria para verificar a execução de cada item de despesa.

Da análise das contratações de obras e serviços de engenharia e de aquisições de outros serviços e compras realizadas pela unidade, no exercício de 2018, efetivadas por meio de dispensa de licitação em razão do valor, **não foram identificadas situações** em que foram extrapolados os limites fixados nos incisos I e II, do Art. 24, da Lei nº 8.666/1993, c/c o Decreto Federal nº 9.412/2018.

#### **1.3. Fracionamento para escapar da modalidade de licitação**

Com o objetivo de analisar a realização de despesas em que os empenhos superaram os limites estabelecidos para Convite e Tomada de Preços utilizados nas contratações, conforme a Lei Federal nº 8.666/1993 e o Decreto Federal nº 9.412/2018, foi aplicada a trilha de auditoria para identificar se os limites foram ultrapassados na execução de cada item de despesa.

Da análise das contratações de obras e serviços de engenharia e de aquisições de outros serviços e compras realizadas pela unidade, no exercício de 2018, efetivadas por meio de licitação nas modalidades convite e/ou tomada de preços, **não foram**



**identificadas situações** em que foram extrapolados os limites fixados pelo art. 23 da Lei 8.666/93 c/c o Decreto Federal nº 9.412/2018.

#### **1.4. DEA - Despesa de exercício anterior maior que o saldo orçamentário**

Com o objetivo de analisar se a execução de Despesa de Exercício Anterior (DEA) no exercício de 2018 foi maior do que o saldo orçamentário do exercício de 2017, foi aplicada a trilha de auditoria, considerando a fonte e a subfonte de recursos.

Como resultado da análise, **não foram identificadas situações** em desconformidade com o art. 37 da Lei nº 4.320/1964.



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**

*Controladoria e Ouvidoria Geral  
do Estado*

**V – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados apresentados estão adstritos aos objetivos e limites estabelecidos no escopo do presente trabalho, não excluindo, porém, eventos relevantes e necessários à análise dos dados e informações objeto deste trabalho.

A ocorrência de quaisquer fatos supervenientes a esse propósito, que venham a ser conhecidos ou para os quais esta CGE seja demandada a se pronunciar, poderão ser objeto de exame posterior.

Documento assinado digitalmente

**Alex Aguiar Lins**

Auditor de Controle Interno

**José Mariano Neto**

Auditor de Controle Interno